

Romanização, navegação e comércio no litoral do Algarve

Norma Musco Mendes

Abstract

The aim of this paper is to analyze the process of romanization emphasizing the creative aspects of power in Algarve and the extent to which the empowerment of indigenous groups through colonial negotiation developed the economic practices of the region.

O instrumental teórico da pesquisa que venho realizando sobre a Romanização, conceito e prática na Lusitânia, baseado nos pressupostos da teoria pós-colonial (MATTINGLY, 1997; WEBSTER, COOPER, 1996), parte do princípio de que existe uma conexão entre o imperialismo e a cultura, na medida em que, entende a experiência imperial como um processo ou a prática política de estabelecer e governar um território distante, sendo sustentado e, talvez movido, por potentes formações ideológicas.

Entendo que o Império Romano deve ser visto como uma construção que foi usada para unir e dar simbolicamente sentido de coerência a numerosas experiências. Olhá-lo como uma construção não é negar a sua existência. É entender a forma pela qual esta existência foi criada e reproduzida historicamente (BARRET, 1997). Questiona-se a noção de que o Império tenha sido sempre uma única realidade, uma totalidade cuja verdade pode ser reduzida a um conjunto básico de princípios organizacionais ou força coercitiva.

Isto nos leva a refletir sobre o conceito de Romanização, entendido como modelo básico de mudança social das províncias romanas. Uma boa parte da historiografia define Romanização como um processo que envolve a adoção homogênea da cultura romana pela população indígena e como uma forma de progresso moral e social, pois parte do suposto abandono da identidade nativa pela adoção da imagem romana como um ato positivo e deliberado. Tal idéia marcou os estudos arqueológicos e as

escavações. O conhecimento e a metodologia de análise tiveram por base a oposição básica entre duas categorias: civilizado e primitivo (FREEMAN, 1997: 27-50 e HINGLEY, 1996: 35-48).

Recentemente, esta postura tem sido criticada por aqueles que seguem os pressupostos da teoria pós-colonial, os quais vêm a Romanização como um processo que indica mudanças socioeconômicas ou diferentes processos de aculturação. Nesta perspectiva fica implícito o reconhecimento de um contínuo desenvolvimento da cultura material nativa, aberta a processos interativos diferentes em épocas distintas e em resposta às escolhas e demandas locais, resguardando-se a alteridade.

Frente a isto, nossa problemática pretende desenvolver o estudo, com base na análise de documentação textual e material, sobre as relações de poder entre Roma e a população dominada, ou melhor, considerar os aspectos criativos das práticas do poder e avaliar os resultados positivos do poder obtido pelos grupos indígenas através da “negociação colonial” (PORTELLI, 1977: 32). Recorremos a um conceito de Gramsci para melhor entender como as relações de autoridade, legitimidade, prestígio e decisão entre romanos e a população local foram mantidas mais por mecanismos ideológicos do que pelas forças de coerção. A própria idéia de *Pax Romana* significava a ausência de uma política militar ofensiva em relação aos povos fronteiriços e de uma relação de poder por consentimento no interior do Império (WACHER, 1987).

Tais mecanismos ideológicos congregavam um sistema de valores e peculiaridades culturais que significavam um padrão de perceber, crer, avaliar e agir, assim como, um código de categorias destinado a orientar o desenvolvimento das relações sociais.

No âmbito das relações interétnicas este código tende a se exprimir como um sistema de oposições ou contrastes, uma identidade contrastante, cujo conjunto dos modos de identificação seriam da ordem do discurso, particularmente, um discurso ideológico. Tal discurso representa o projeto de identidade social romana, constituindo-se numa ideologia e numa forma de representação coletiva (OLIVEIRA, 1976: 26).

Assim, o projeto de identidade romana, ao qual podemos vincular o ideário de *agere civiliter* impunha limites e modelavam de várias formas a vida pública e privada através de um conjunto multifacetado de dispositivos capazes de veicular e impor a adoção do ideal de ser romano, tais como: educação, remodelação dos ambientes físicos, organização administrativa, instituições, surgimento de novos grupos sociais, construção de cidades, dos marcos espaciais urbanos e rurais — (estradas, fórum, ter-

mas, basílicas, teatro, anfiteatro, ruas, mosaicos, pórticos, vilas, estilos decorativos, produção intelectual, religião).

Resalto que não se trata de uma apologia neo-colonialista à colaboração nativa, mas uma investigação da complexidade das relações de poder no sistema de domínio imperial romano e dos níveis de subordinação e dominação. Ou melhor, objetivo estudar a experiência imperial romana, afastando-me das tradicionais matrizes historiográficas baseadas numa perspectiva centrista (expansão romana e sua motivação) e explorar as múltiplas e divergentes histórias e os diferentes tipos de discursos associados ao poder que tornaram a prática imperial possível. Consideramos que a lógica binária explorador/explorado ou colonizador/colonizado oculta a realidade das relações de poder, pois o grau de dependência das cidades no mundo romano permitiu o desenvolvimento de “experiências divergentes”.

A noção de “experiência divergente” proposta por Ed. Said admite que mesmo existindo um núcleo subjetivo irreduzível na experiência humana, essa experiência também é secular e histórica, acessível à análise e à interpretação, e que as experiências específicas das sociedades ou grupos apresentam histórias profundamente entrelaçadas e complexas. Neste sentido, num contexto imperial as “experiências divergentes” dos súditos devem ser pensadas e interpretadas em conjunto, cada qual com sua pauta e ritmo de desenvolvimento, suas formações e coerência internas e seu sistema de relações externas, todas elas coexistindo e interagindo entre si (SAID, 1995: 64). Parece-me claro que esta noção é fundamental para se refutar o entendimento do Império Romano como um todo monolítico e do termo romanização como um conceito de mudança social pela transferência unilateral de cultura.

Assim, é preciso redimensionar o conceito de Romanização como um processo de mudança socioeconômica multifacetado em termos de seus significados e mecanismos, implicando em diferentes processos de aculturação, cujo estudo deve considerar que:

- 1) a população nativa não foi passiva frente à ação de Roma;
- 2) foi um processo dialético de mudanças, no qual a comunidade dominada adotou novas idéias e as utilizou de diferentes formas de acordo com os seus interesses, implicando em transformações nas estruturas romanas e indígenas;
- 3) a idéia de adoção homogênea da cultura cêntrica pela população indígena, seja nas diversas regiões do império, seja, no interior de uma mesma província deve ser desconsiderada;

4) que o discurso imperial deve ser investigado através da crítica ao processo pelo qual o conhecimento do *outro* foi produzido. Neste sentido, se faz necessária a releitura da documentação literária de gêneros distintos, produzidos por intelectuais provenientes de várias partes do Império sobre “o mundo da Lusitânia”;

5) deve-se buscar as diversidades através do estudo do discurso do *outro* expressado pela cultura material das províncias, entendidas como “lugares de ambigüidade” (AUGÉ, 1994: 50), de diluição de margens, nas quais um padrão cultural simbólico comum a todos foi sendo definido e, portanto, *ser para outro* ou *outros*, tornava-se possível pela criação de novo comportamento e significados. Os registros arqueológicos devem ser lidos como “textos”, pois nos fornecem informações sobre o longo e contínuo processo de negociação, acomodação e resistência que caracterizaram a dinâmica da hegemonia romana em diversas vertentes: social, econômica, política, cultural. Ou melhor, as distintas “experiências divergentes” dos súditos existentes no Império Romano.

Não se investiga mais a transformação e transferência de insígnia cultural de um grupo para outro. O significado do encontro/embate de culturas diferentes foi sempre contingente da habilidade dos povos de colocá-lo num contexto e então interpretar seu significado. As problemáticas estão vinculadas às vidas, que ao serem vividas refizeram os arranjos institucionais (condições materiais, alocação de recursos, numerosas formas de conhecimento sobre como agir no mundo) nos quais viviam.

Prioriza-se, portanto, no estudo da experiência imperialista romana, o amplo dinamismo de sua expansão, exploração e controle e a multiplicidade das experiências locais.

Tal hipótese de trabalho está sendo testada pela pesquisa em curso numa análise de caso — a Lusitânia e dentro desta, a de duas cidades costeiras do litoral algarvio: Balsa e Ossonoba.

Parece-me desnecessário dizer que o mar encontra-se presente na história da Lusitânia desde há muito, quer se considere determinante o Mar Mediterrâneo ou o Oceano Atlântico. Logo, seguindo a temática deste encontro e por razões óbvias de tempo limitar-me-ei aos testemunhos textuais, epigráficos e arqueológicos que demonstram a estreita ligação da cidade de Ossonoba com o mar.

Porém, parece-me necessário fazer algumas considerações sobre a região do Algarve. (MAPA)

A estreita faixa do litoral algarvio se estende entre a foz do Rio Guadiana e o Cabo de São Vicente. É uma região que se diferencia do restante território português pela sua proximidade com a África, algo que

possibilitou a influência de fatores afro-mediterrâneos e por pertencer ao espaço geográfico centrado no Golfo e na colônia fenícia de Cádiz, pelo menos a partir do século VIII a.C. Considerando a riqueza mineira do sudoeste peninsular não se estranha o interesse púnico em assumir o controle dos setores costeiros onde se terão iniciado a industrialização da pesca para a fabricação do *garum*.

A documentação textual e material comprovam tal fato, sendo que a Arqueologia registra pelos materiais encontrados no Castelo de Castro Marim e em Portimão que a presença púnica na costa algarvia deve situar-se entre os séculos V e III a.C. Sabemos que os cartagineses tinham feitorias e colônias, algumas convertidas em cidades-estado, que mantinham relações comerciais com os *oppida* indígenas do litoral e do interior.

Vários escritores da Antigüidade gregos e latinos, escreveram sobre a Ibéria e a Hispânia. Tratam-se de obras de caráter histórico, etnográfico e histórico. São referências que vão desde uma simples alusão à uma descrição pormenorizada, apresentando as vezes problemas com a coleta de informações, quer pelo testemunho pessoal ou compilação de notícias provenientes de fontes mais antigas. Porém, apresentam dados referentes a fatos e costumes que a Arqueologia ainda não comprovou.

Na descrição destes autores sobre o litoral algarvio denota-se uma evidente identificação deste local com a cultura fenício-púnica, com entidades sagradas de clara conotação marítima e da importância do comércio marítimo.

Listaremos abaixo em ordem cronológica os autores posteriores à era cristã, cujos discursos não se limitam a descrever a costa da Ibéria, fornecem dados sobre o interior, listam nomes das cidades e comentam sobre a vida desses povos.

Estrabão (grego, séc. I a.C. — I d.C.) autor de *Geographia*;

Pomponius Mela (hispano-romano, séc. I d.C.) escreveu *De Corographia*;

Caius Secundus Plinius ou Plínio, o Velho (latino, séc. I d.C. — 23-79) autor da *História Natural*;

Claudius Ptolomeu (grego de Alexandria, séc. II d.C. 100-178), autor dos *Tetrabiblos*.

Rufius Festus Avieno (latino, séc. IV d.C.) autor do poema *Orla Marítima*.

Avieno se refere ao *Cabo Cinético* (Cabo de S.Vicente) da seguinte forma:

“Então, lá onde declina a luz sideral, emerge altaneiro o cabo Cinético, ponto extremo da rica Europa, e entra pelas águas salgadas do Oceano

povoado de monstros (vv.201-205) (...) Em seguida, encontra-se no meio do estuário uma ilha abundante em ervas consagrada a Saturno. Nela a força da natureza é tanta que, se alguém navegando se aproxima dela, de imediato em volta o mar se excita: a própria ilha se agita e a água revolta-se toda, em fortes ondas, enquanto o resto do pego permanece silencioso como se fora um lago (vv.165-172)."

A tendência entre os antigos de atribuir sacralidade a lugares distantes ou pouco conhecidos justifica a conotação religiosa destes locais. Sabemos que os promontórios e as montanhas são na Antigüidade lugares comumente sujeitos a sacralização pelas suas características imutáveis, são cenários fixos da paisagem pelo seu aspecto grandioso e imponente que sugere a eternidade que transcende a vida humana. Desta forma, são marcos sacralizados da paisagem, moradas ou trono dos deuses. Muitos dos monstros a eles associados são os guardiões dessa sacralidade e imortalidade onde um iniciado não pode penetrar (ELIADE, 1992: 472). Por outro lado, também, podemos considerar a idéia de que os povos dedicados ao comércio marítimo poderiam ter usado a crença nestes monstros como uma estratégia para afastar a concorrência no domínio marítimo. Daí a ligação feita por Avieno entre o Cabo Cinético e o Culto de Saturno. Saturno tem uma correspondência direta com Cronos dos Gregos e há clara transposição de muitas características do Baal púnico para Cronos e Saturno.

O Promontório Sacro deveria tratar-se no período pré-romano e romano de um santuário ao ar livre dedicado ao deus púnico Baal Hammon, associado por um sincretismo ao Saturno dos latinos, pois Estrabão nega a existência de qualquer templo dedicado a Hércules ou qualquer outro deus no local. No entanto, o culto a Melkart/Hércules teve grande importância no desenvolvimento da religiosidade, pois Amílcar Barca ao assimilar o conceito de monarquia helenística adota Melkart/Hércules como divindade dinástica. Logo, o Cabo de S. Vicente poderia ter sido consagrado ao deus do panteão cartaginês Baal Hammon/Saturno e por influência do poderio de Gades a Melkart/Hércules. Por fim, deve ser mencionado que os topônimos Luz de Tavira e Santa Luzia (BARATA, 1997: 120), junto às ruínas de Balsa, se relacionam com o santuário de Lux Dubia, divindade de caráter astral, protetora dos navegantes que existiu junto a foz do Rio Guadalquivir, além do que as emissões monetárias de Balsa ostentam um navio transportando uma árvore, interpretado como uma clara referência aos mitos orientais de Astarté e Eshmun com correspondência aos mitos de Adonis e Átis (MANTAS, 1998: 219).

Estrabão não conhecia pessoalmente a Ibéria e se utilizou de informações gregas e latinas (Homero, séc. VIII; Éforo, séc. IV a. C.; Políbio séc. II; Artemidoro, séc. II e Possidonio séc. I) para organizar um tratado geográfico destinado possivelmente a soldados e governantes.

Da Turdetânia, cujos limites apesar de indefinidos incluem a região entre o Rio Tejo e o Rio Guadiana, abrangendo, portanto, o litoral algarvio, Estrabão faz a seguinte descrição:

“A Turdetânia é uma região extremamente próspera; e porque produz todas as coisas e em grande quantidade esta prosperidade é duplicada pela exportação; porque o que sobra dos produtos vende-se facilmente dado o grande número de navios mercantes. Isto se torna possível graças aos rios e também aos estuários que, como já se disse, parecem rios e como rios são navegáveis, não só com barcos pequenos, mas também com barcos grandes, desde o mar até às cidades do interior, porque é plana em grande extensão toda a costa entre o Cabo Sagrado e as Colunas “(Estr. III, 2,4). Estrabão também menciona a abundância de trigo e vinho, carnes e peixes sazonados, das indústrias de salga de peixe e de metais (Estr. III, 2, 6, 8, 14).

Estrabão informa-nos, ainda, sobre a localização dos principais centros urbanos da Turdetânia, citando a cidade de Ossonoba, como uma unidade étnica turdetana.

As cidades de Ossonoba e Balsa também são mencionadas por Pomponio Mela (III, 7), por Plínio (IV, 116) e por Ptolomeu (II, V).

A documentação textual indica que o Algarve foi ocupado desde o Iº milênio por um povo não indo-europeu, os cónios. Talvez entre os séculos V e III a.C., em ondas sucessivas, emigraram os celtas da Meseta e os túrdulos da Bética. Estes povos não ocupavam zonas exclusivas, fixaram-se em cidades. Através da tipologia dos monumentos funerários e da antroponímia podemos distinguir no Algarve duas áreas distintas: uma túrdula, outra céltica. Ossonoba e Lacobriga seriam, respectivamente, as principais cidades de cada uma das principais áreas (ENCARNAÇÃO, J., 1984, 849-851). No entanto, não se exclui o fato de que no território de Ossonoba coexistissem gentes de três origens étnicas, cónios, célticos e túrdulos, possivelmente ainda indivíduos de outras procedências vindos do mundo cartaginês ou grego (ALARCÃO, 1990: 358).

A presença romana no Algarve iniciou-se após a segunda guerra púnica e para tanto foi muito importante as condições propícias criadas pela atuação dos Bárcidas. O programa de Augusto de reordenamento territorial da Hispania, do qual se insere a divisão da Hispania Ulterior, nas províncias da Bética e da Lusitânia, respeitou a realidade sociopolítica, cultural e econômica da Lusitânia, caracterizada por sua diversidade. Em

toda a Lusitânia a unidade político-administrativa básica foi a cidade-estado, dotada de uma capital e de um território, com aglomerações secundárias e uma população rural dispersa organizada de acordo com os padrões regionais.

Entendo que a *civitas* não deva ser tratada como uma variável independente e de forma isolada, seu estudo deve inseri-la no contexto do amplo sistema urbano local e regional, sua economia como parte de sistemas de produção e consumo da sociedade como um todo, seu papel social e político entendido como parte da estrutura de poder e domínio. Afastando-nos do modelo de cidade consumista de Max Weber/M. Finley (ANDREAU, 1995: 947-960) e em vez de tentar caracterizar a cidade romana perfeita, buscamos olhar o processo de urbanização em diferentes partes do Império, o qual embora partindo da idéia greco-romana de cidade — (como centro de poder, dotado de estatuto jurídico, de instituições políticas e religiosas, de um corpo de cidadãos e de um equipamento urbano adequado ao desempenho de funções políticas, religiosas e culturais) — pode levar-nos a identificar distintos resultados em diferentes contextos. Isto porque devemos considerar que a simples existência da cidade exigiu uma auto-suficiência e, por conseguinte, o desenvolvimento de suas potencialidades econômicas, procurando recursos em outras áreas através de atividades relacionadas com a função distribuidora, ultrapassando o seu próprio espaço político dependente. Este é o caso da região em estudo, cujas cidades se aproximam do modelo de M. Weber denominado cidades marítimas mediterrânicas, cuja função econômica ligada ao comércio e à indústria foi fundamental para a formação demográfica e cultural da população local, assim como, para a ascensão política e socioeconômica da elite local (MANTAS, 1990: 151ss.).

Neste sentido veremos que os romanos encontraram no Algarves uma região fortemente influenciada pelo mundo mediterrâneo e em vias de urbanização e avançam sobre as cidades indígenas, cujo domínio parece ter sido conseguido mais por meio de acordos negociados do que por batalhas vencidas. (ALARCÃO, 1990: 357), muitas destas cidades tinham a função de portos de comércio e uma forte relação com a cidade de Cádiz, cidade que continuou a controlar uma importante rede de relações econômicas baseadas no comércio marítimo. Funções que continuam durante o domínio romano, conforme provam os achados arqueológicos.

A categoria político jurídica de uma *civitas* era muito variada de acordo com a sua origem, concessão do benefício da cidadania a título individual ou coletivo, natureza das leis — direito romano e costumes tradicionais e pagamento de tributos: colônia, *municipium civium Romanorum*,

oppidum Latinum, oppidum stipendiarium.¹ Por *oppidum* devemos entender qualquer aglomerado urbano de certa importância.

Estas categorias demonstram que a *civitas* como unidade política administrativa não implicava necessariamente a concessão do estatuto privilegiado de município (concessão do *ius civitatis romanae* ou o *ius latii*) e podia ser habitada por uma população mista formada por indígenas e imigrantes.

No Algarve, Baesuris (Castro Marim), Balsa (Luz de Tavira), Ossonoba (Faro), Cilpes (Silves), *Portus Hannibalis* (Portimão), Ipses (Alvor) e Lacobriga (Lagos) foram as principais povoações durante os primeiros séculos do domínio romano, tendo sido Ossonoba e Balsa selecionadas como capitais de *civitas*, talvez devido à importância econômica que já teriam baseada largamente nas atividades marítimas.

Os cidadãos romanos de Ossonoba, segundo Encarnação foram inscritos na tribo Galeria (ENCARNAÇÃO, *Anais do Município de Faro*, 17, 1987: 67 e ENCARNAÇÃO, 1984: 7), como prova a seguinte inscrição:

“*M (arco) CORNELIO / Q (uinti) F (ilio) GAL (eria tribu) PERSAE / FLAMINI PROVINCIAE LYSITANI (ae) / CIVITAS OSSONOB (ensium) PATRONO.*”

Trad. “A Marco Cornélio Persa, filho de Quinto, da tribo Galéria, flâmine da província da Lusitânia — a cidade dos Ossonobenses ao (seu) patrono”. (ENCARNAÇÃO, 1984: 5-18 e ENCARNAÇÃO, 1984: 7.)

Com base na inscrição abaixo, a qual faz alusão à ordem dos decuriões municipais, constata-se que Ossonoba ascendeu ao estatuto municipal possivelmente durante a dinastia Julio-Cláudia, tendo recebido a concessão do direito latino porque o território da *civitas* dominaria todo o Algarve central e ocidental até o Cabo de São Vicente.

“*IMP(eratori). CAES(ari). P(ublio). LI/CINIO. VALERIANO. P (io). F (elici). AUG(usto). PONT(ifici)/MAX(imo). P(atri). P(atria).TR(ibunicia). POT(estate). III (tertia) CO(n)S(uli). RES. P(ublica). OSSON(obensium) / EX. DECRETO. ORD (inis) / DEVOTA. NVMINI / MAIESTATIQ (eu). EIVS / D (edit). D (edicavitque).*”

Trad.: “Ao imperador César Públio Licínio Valeriano Pio Félix Augusto, pontífice máximo, pai da pátria, no seu 3º poder tribunicio, cônsul — a República dos Ossonobenses, por decreto da ordem (dos decuriões), ofereceu e dedicou, por devoção ao seu gênio e majestade”. (ENCARNAÇÃO, 1984.)

Com a criação de um novo tipo de circunscrição administrativa por Vespasiano denominado *conventus* que atuava como um distrito judicial,

Ossonoba passou a integrar o *conventus pacensis* (ALARCAO, 1988: 58).

A imagem que a Epigrafia nos fornece permite dizer que o *oppidum* indígena sofreu grande transformação na sua composição étnica e na estrutura social da população urbana. O porto ossonobense durante todo o domínio romano foi povoado por uma população cosmopolita que apresenta traços indígenas representada pelo antropônimo Caturica, um gentílico de origem nitidamente céltica (ENCARNAÇÃO, 1984: 18); uma abundante antroponímia latina — (comprovada pela inscrição do mosaico que apresentaremos a seguir, destacando-se que o gentílico *Verrius* indica a presença de uma família itálica) — e uma concentração de *cognonima* gregos, tais como, Themison, Nymphodotus, Plocamus, Symphorus, Myrtilus, Calistus e Chrysanthus, os quais aparecem ligados às atividades econômicas, administrativas e religiosas. Pelas inscrições também se evidencia a presença da família dos *Vibbi*, e a de *L. Aelius Optatus* relacionados com a Bética e o gentílico *Caecilii*, o qual indica ligações com o norte da África (ENCARNAÇÃO, 1984: IRCP, 10).

A estrutura urbana da cidade denota a adoção de padrões culturais romanos ao lado do desenvolvimento de uma economia bem diversificada englobando atividades agrícolas, mineiras e marítimas centralizadas no porto ossonobense controlada por um grupo social cujas ligações com a vizinha Bética parecem claras. Este grupo era formado por libertos e descendentes de libertos ligados ao culto imperial, cuja identificação pelo *tria nomina*² sem filiação e cognome grego é um critério falível (ENCARNAÇÃO, 1984: 765-772). Eram integrados na clientela das grandes famílias locais.

A este grupo social podemos relacionar a maioria das *villae* situadas em torno da cidade.

Por falta de escavações conhece-se pouco sobre estas *villae*, porém pode-se dizer que algumas como a de S. João da Venda era centrada na atividade agrícola enquanto a vila da Quinta do Lago se dedicava principalmente a produção do *garum* e de outros preparados piscícolas. A vila de Milreu foi construída no século I e sofreu grandes transformações no século IV, época de que data o templo dedicado às divindades aquáticas. A riqueza arquitetônica desta *villae* e os achados arqueológicos permitem considerá-la como uma residência oficial, relacionada com a administração provincial ou conventual e com atividades agrícolas e marítimas, pois

um fragmento de mosaico de Milreu ostenta um navio de carga tipo *corbita* (MANTAS, 1993: 531).

Portanto, até o momento vimos como o testemunho textual e epigráfico nos denota uma região com evidentes traços culturais afro-mediterrâneos e com uma população cosmopolita fruto, naturalmente, de uma intensa tradição marítima. Ademais, a ligação de Ossonoba com o mar também é atestada claramente pelos testemunhos arqueológicos que gostaríamos de destacar.

Ressaltamos uma rara série de asses de bronze que deve corresponder a um padrão de 13g, vendo-se nos aversos um navio mercantil e nos reversos podem ser observados dois atuns separados pela legenda Osunba (FIGURAS 1 e 2). O mesmo navio aparece na peça de chumbo (FIGURAS 3 e 4) que ostenta no reverso um peixe e a legenda Oso (FARIAS, 1997: 368).

Estas moedas devem ser datadas do século I a.C. e foram influenciadas pelas emissões monetárias púnicas de Cádiz e teriam sido emitidas para reforçar a circulação monetária durante a guerra civil entre César e Pompeu, quando estes controlavam a orla marítima do Sudoeste Hispânico. Do pouco que se conhece pode-se detectar um aumento do numerário durante a época de Tibério e Cláudio, cujo principado marca um acentuado desenvolvimento econômico no sudoeste da Hispania, possivelmente, em relação à conquista da Mauritânia a partir de 40. Apesar dos poucos dados disponíveis pode-se afirmar bons níveis de circulação do II ao IV século com a presença significativa de cunhagens orientais (MANTAS, 1993: 532).

A iconografia do mosaico Oceano (FIGURA 5) datado do final do século II e inícios do III e descoberto em Faro no ano de 1976,³ cujo emblema rodeado pelos bustos dos Ventos, ostenta uma imagem do deus Oceano, seguramente relacionado com correntes artísticas norte africanas.

A datação do mosaico coincide com um período em que os portos lusitanos ganham uma nova dinâmica em virtude do declínio da exportação de minérios e da produção agrícola, compensado na região de Ossonoba pelo desenvolvimento da exportação do *garum* e do vinho, cujo apogeu parece ter ocorrido no século IV.

Tem-se a idéia de que este mosaico decorava a *schola* da corporação profissional dos *navicularii* e foi ofertado à população da cidade por quatro *magistri*, conforme prova inscrição inserida no próprio mosaico.

O mosaico em formato retangular media 9,40m x 3,40m, apresentava uma cercadura de ornatos pretos, em volutas simples, nas laterais uma cercadura de triângulos negros sobre fundo branco, entre dois filetes ne-

gros, de 0,16cm de largura debrua o tapete, o qual era finalizado por um filete negro de 1,5m de largura. Era dividido em quatro painéis:

- dois quadros geométricos de 2,45x2,95m cada, com decoração vegetal bastante variada (27 tipos) nas cores ocre, rosa e negro;
- um quadro central de 2,45m de lado com figuras: inscrita num círculo uma máscara de Oceano (**FIGURA 6**), cujo tipo iconográfico deve corresponder ao Norte da África, de onde provém o maior número (20) de ilustrações deste tipo. Em termos da Península Ibérica este tema é retratado em apenas um mosaico do IV^a século e nove mosaicos datados do II^a e III^a séculos.

Nesta imagem dominam os mármore e os vidros nas cores verde, preto, grená e cor de laranja, o qual é rodeado por uma transa de dois fios em fundo negro e outra compósita formada por fusos e uma linha de escudos pretos em fundo branco. Os fusos e os escudos têm um enchimento da cor ocre.

No canto na parte superior duas cabeças de perfil de Ventos feitas com calcário, provavelmente local, de cores variadas que olham para o exterior do tapete. À esquerda a imagem juvenil, com maxilar forte e rosto redondo é identificado com Euro (**FIGURA 7**). À direita a imagem é identificada com Bóreas (**FIGURA 8**), o vento Norte.

Corresponde a um tipo iconográfico clássico cujo significado da imagem estaria ligado à finalidade do edifício o qual decorava: Oceano, pai de todas as águas que faz nascer os Ventos, cujo sopro favorece a navegação, o comércio. O mosaísta seguiu um expressionismo moderado, pois retratou um homem de feições sérias, com traços regulares, não ostenta um olhar terrível e a onda que corre dos seus lábios se limita a uma ou duas tesselas.

- um quadro de 0,42x2,45m com a seguinte inscrição:

"C (aius). CAL.PVR.NI.VS. ET. G (aius) VI. BI. VS. QVINTI./LI."NVS. ET. L(ucius) / AT.TI [VS ?...] S.ET. M (arcus) VER.RIVS CE.MI.NVS. ? SOL[VM] TES.SEL.LAS [F(aciendum) CV.RA.RVN] T ET. DONA. [RVN]. T."
Trad.: "Caio Calpúrnio e Gaio Vibio Quintiliano e Lúcio Átio (?) e Marco Vérrio Gémino (mandaram fazer) e deram o solo e as tesselas" (ENCARNAÇÃO, 1984: 5-18).

Afastado do centro monumental da cidade, o edifício decorado com o mosaico descrito acima localiza-se nas proximidades do litoral junto a um conjunto de cetárias (viveiros de peixes). Corresponde, portanto, a uma área industrial da cidade, reforçando a hipótese de se tratar de uma escola de armadores locais. A própria datação do mosaico coincide com a nova dinâmica dos portos lusitanos em direção não mais à Bética, mas ao Atlântico, Oriente e Norte da África.

A autonomia dos portos da Lusitânia em relação à Bética estaria relacionada às profundas alterações sofridas pela estrutura econômica e social da região como resultado das rigorosas medidas impostas por Septímio Severo contra os seus opositores na Bética, situação agravada por incursões de bárbaros e com o declínio de Cádiz em meados do IV século. Esta interpretação também é sustentada pelo reconhecimento oficial pelo Edito Máximo da tarifa do frete marítimo entre a Lusitânia e o Oriente e entre a África e a Hispânia, sendo, ainda, largamente comprovada pelos testemunhos arqueológicos.

A título de exemplo podemos mencionar as produções anfóricas da Quinta do Lago e de S. João da Venda onde predominam as formas Almagro 51 a/b e Almagro 51c⁴ e as do forno de Alfanxia. Eram além de contentores de produtos oriundos da piscicultura, destinados a exportação regional e de longa distância, conforme prova a arqueologia subaquática, também devem ter acondicionado o vinho. Esta produção de ânforas parece corresponder a uma liberação do comércio que permitiu a entrada direta nos circuitos comerciais marítimos de produtos que anteriormente eram consumidos no local ou canalizados pelos grandes armadores e *diffusores*, espécie de corretores entre os produtores e os comerciantes (MANTAS, 1997: 302; ÉTIENNE, 1993-1994: 201-218; FABIÃO, e CARVALHO, 1990).

Tais dados reforçam a hipótese da subalternidade da navegação de longo curso da Lusitânia durante o Alto Império (MANTAS, 1990, 1993, 1998). De acordo com este especialista a situação geográfica da Lusitânia, as características de sua economia fortemente marcada pela exportação de minérios e de produtos alimentares e o fato de a província ter integrado a Hispânia Ulterior sugerem o desenvolvimento da navegação comercial entre a Lusitânia e a Bética. A navegação é relacionada com a cabotagem e com a prática do transbordo de mercadorias em portos de trânsito controlados pelos portos béticos, desde antes do domínio romano, por intermédio dos quais os produtos lusitanos destinados ao abastecimento de Roma e dos exércitos fronteiriços alcançariam outras regiões do Império Romano, como por exemplo, a Itália.

A título de conclusão podemos dizer que o estudo da dinâmica do tipo de dominação romana favoreceu o desenvolvimento das regiões integradas, possibilitando o surgimento de “experiências divergentes” e, conseqüentemente o conceito de Romanização somente pode ser operacionalizado se considerarmos a diversidade da România.

Além disto o Império Romano pode ser caracterizado dentro da lógica de um sistema mundial de economias integradas, caracterizado por uma estrutura celular, concêntrica e centralizada, a qual era fundamentada numa

relação de troca de poder e riqueza entre o centro, áreas integradas, semi-periferias e periferias. Tal idéia parece ter sido percebida por Tácito ao afirmar que: “As fronteiras do Império eram no Oceano ou em rios distantes. Exércitos, províncias, esquadras, todo o sistema estava interligado” (Anais I,9).

Ilustrações:



(MANTAS, 1998: 200)

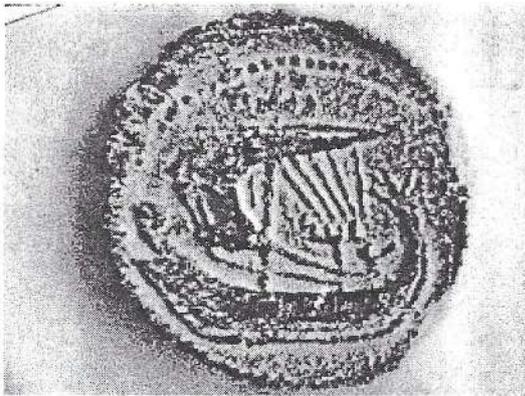


Figura 1

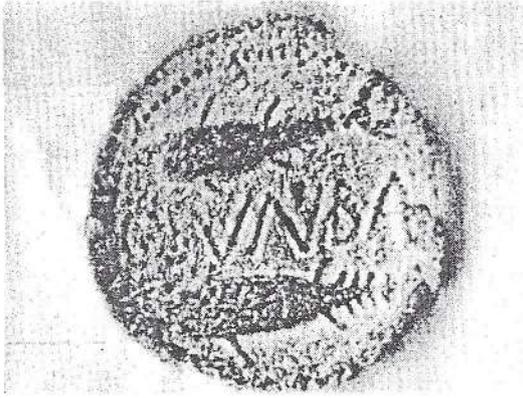


Figura 2

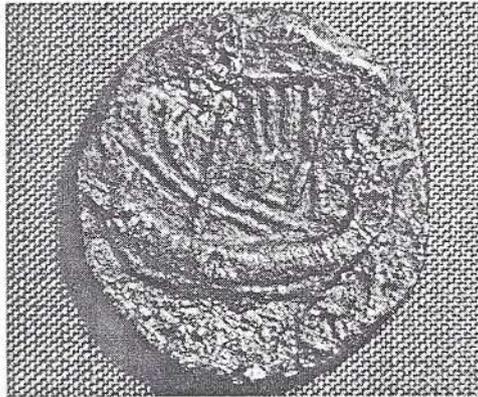


Figura 3

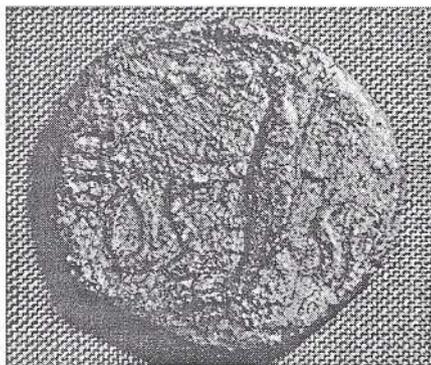


Figura 4
(FARIAS, 1977)

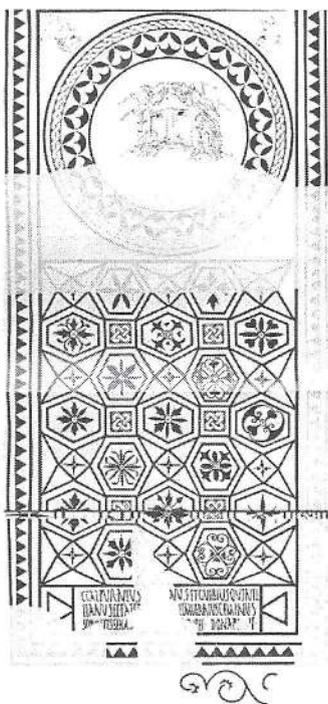


Figura 5

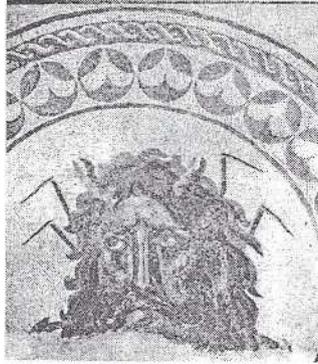


Figura 6

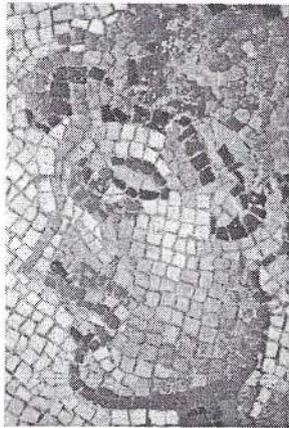


Figura 7



Figura 8

Bibliografia

- ALARCÃO, J. *O Domínio Romano em Portugal*. Sintra: Publicações Europa-América, 1988.
- ALARCÃO, J. "O Domínio Romano". In: SERRÃO, J., MARQUES, O. (coord.) *Nova História de Portugal, Portugal das origens à Romanização*. Lisboa: Presença, 1990.
- ANDREAU, J. "Présentation: Vingt ans après L'Économie antique de Moses I. Finley". In: *Annales ESC*. Paris, 5: 947-960, 1995.
- APIANO. *Historia Romana*, VI. Trad. Antonio Sancho Royo. Biblioteca Clássica, Madrid: Gredos, 1980.
- AVIENO *Orla Marítima*. Trad. José Ribeiro Ferreira, Lisboa: Imprensa Nacional, 1992. (Textos Clássicos, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra)
- AUGÉ, M. *Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 1994.
- BARATA, M.F. "O *Promotorium sacrum* e o Algarve entre os Escritores da Antiguidade". In: *Noventa Séculos entre a Serra e o Mar*. Ministério da Cultura-Instituto Português do Patrimônio Arquitetônico, 1977.
- BARRET, J.C. "Romanization; a critical comment". In: MATTINGLY, D.J. (ed.) *Dialogues in Roman Imperialism*. Journal of Roman Archaeology, 23. Portsmouth: Oxbow Book, 1997.
- EDMONDSON, J.C. *Two Industries in Roman Lusitania*. London: BAR International Series 362, 1987.
- ENCARNAÇÃO, J. *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*. Subsídios para o Estudo da Romanização. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, 1984.
- ÉTIENNE, R. "La Place de la Lusitanie dans l'Économie Méditerranéenne". In: *Conimbriga*, XXXII-XXXIII, 1993-1994.
- FABIÃO, C. "As *uillae* do Actual Algarve". In: *Noventa Séculos entre a Serra e o Mar*. Ministério da Cultura-Instituto Português do Patrimônio Arquitetônico, 1977.
- FARIA, A. M. de. "Moeda da Época Romana Cunhadas no Actual Território Algarvio". In: *Noventa Séculos entre a Serra e o Mar*. Ministério da Cultura-Instituto Português do Patrimônio Arquitetônico, 1977.
- FREEMAN, P.W.M. "Mommson to Haverfield: the origins of studies of Romanization in the late 19th-c. Britain". In: MATTINGLY, D.J. (ed.)

- Dialogues in Roman Imperialism*. Journal of Roman Archaeology, 23. Potsmouth: Oxbow Book, 1997.
- GARCIA y BELLIDO, A. *España y los Espanõles hace dos mil años. Segun da Geografia de Strábon*. Madrid: Espasa-Calpe, 1968.
- HINGLEY, R. "The Legacy of Rome: the rise, decline and the fall of the teory of Romanization". In: WEBSTER, J., COOPER, N. (ed.) *Roman Imperialism: post-colonial perspective*. University of Leicester, 1996.
- LANCHA, J. "O Mosaico Oceano descoberto em Faro (Algarve)". In: *Anais do Município de Faro*, nº XV: 111-131, 1985.
- MANTAS, V.G. *As primitivas formas de povoamento Urbano em Portugal*. Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1987.
- MANTAS, V.G. "As Cidades Marítimas da Lusitânia". In: *Les Villes de Lusitainne Romaine*, hiérarchies et territoires. Paris: CNRS, 1990. pp. 149-205.
- MANTAS, V.G. "A Cidade Luso-Romana de Ossonoba". In: *Actas Del I Colóquio de Historia Antigua de Andalucia*. Córdoba: Cajá de Ahorros, 1993. pp. 515-537.
- _____. "As Civitates: Esboço da Geografia Política e Econômica do Litoral do Algarve Romano". In: *Noventa Séculos entre a Serra e o Mar*. Ministério da Cultura-Instituto Português do Patrimônio Arquitetônico, 1997a.
- _____. "Os Caminhos da Serra e do Mar". In: *Noventa Séculos entre a Serra e o Mar*. Ministério da Cultura-Instituto Português do Patrimônio Arquitetônico, 1997b.
- _____. "Navegação, Economia e Relações Internacionais. Lusitânia e Bética". In: *Humanitas*, Vol. 1, 1998.
- MATTINGLY, D.J. (ed.) "*Dialogues in Roman Imperialism*". *Journal of Roman Archaeology*, 23. Potsmouth: Oxbow Book, 1997.
- MIRCEA E. *Tratado da História das Religiões*. Lisboa, 1992.
- NOLEN, J. "Balsa, uma cidade romana no Litoral Algarvio". In: *Noventa Séculos entre a Serra e o Mar*. Ministério da Cultura-Instituto Português do Patrimônio Arquitetônico, 1997.
- OLIVEIRA, R. C. de. *Identidade Etnia e Estrutura Social*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1976.

- PLINE L' ANCIEN. *Histoire Naturelle*. Paris: Les Belles Lettres, 1998.
- POMPONIOUS MELA *Chorographie*. Paris: Les Belles Lettres, 1988.
- PORTELLI, H. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- SAID, E. W. *Império e Cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- WACHER, J. *The Roman Empire*. London: J.M. Dent and Son, 1987.
- WEBSTER, J., COOPER, N. (edit) *Roman Imperialism: post-colonial perspective*. University of Leicester, 1996.

Notas

¹ Para uma definição precisa destas categorias de *civitas* ver Alarcão, J. “O Domínio Romano”. In: SERRÃO, J., MARQUES, O. (coord.) *Nova História de Portugal, Portugal das Origens à Romanização*. Lisboa: Ed. Presença, 1990, p. 387ss. e MANTAS, V.G. *As Primitivas Formas de Povoamento Urbano em Portugal*. Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1987. p. 13.

² *Tria nomina* (*prenomen* — nome próprio, *nomem* — gentílico, *cognomen* — sobrenome).

³ O texto de LANCHA, J. “O Mosaico Oceano descoberto em Faro (Algarve)”. In: *Anais do Município de Faro. Boletim Cultural*, nº XV: 111-124, 1985 apresenta uma pormenorizada descrição do mosaico.

⁴ O tipo Almagro 51 a-b apresenta um tamanho que oscila entre 70 e 80cm, tem um colo curto, asas de seção circular ou semi-circular, desde a base do lábio até a parte superior do corpo, o lábio é bem destacado com cerca de 4cm de largura, normalmente côncavo e apresentando uma moldura na ligação com o colo. O corpo é cilíndrico e fusiforme e o fundo é rematado por um bico cilíndrico e alongado. Almagro 51c: tipo de ânfora não superior a 75cm, com colo baixo, asas achatadas em fita, de seção elíptica ou sub-retangular com ou sem sulco longitudinal, o lábio apresenta-se no formato baixo triangular ou arredondado sendo delimitado por um bocal estreito que não ultrapassa 7cm. O corpo é piriforme ou fusiforme, com o maior diâmetro na parte superior, o fundo é rematado por um bico cônico maciço e curto.